Cássius de Brito (Diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN)

Retrospectiva da conjuntura dos últimos anos

2014

Governo Dilma desonerou a folha de pagamentos, deu incentivos fiscais para grandes empresas, mas o empresariado embolsou tudo isso.

2015

Dilma coloca Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, promovendo um choque recessivo; choque fiscal, com corte de investimentos públicos (-2,9%); choque de preços administrados (combustíveis e eletricidade, o que elevou o IPCA em 2015 em 18%); inflação subiu, reduzindo o poder de consumo das famílias; choque cambial, desvalorizando em 50% o real frente ao dólar, encarecendo as importações; e choque monetário (com aumento dos juros e do crédito). Isso não é fruto do acaso, mas de uma opção política, quando Dilma passa a adotar o programa que foi derrotado nas eleições de 2014.

2016

Golpe parlamentar – baseado no programa “Uma ponte para o futuro”, foi uma medida política que permitiu que o choque recessivo fosse interrompido e que passa a ser permanente (Emenda Constitucional 95 – Impõe teto de gastos por 20 anos). Para isso vigorar é preciso fazer reforma da Previdência e reforma trabalhista.

A idéia central é recuperar as taxas de lucros, atacando o custo do trabalho (terceirização geral, contrato intermitente, reforma trabalhista) e abrindo novos nichos para a acumulação de capital, explorando serviços que até então eram públicos (previdência privada, fundos de pensão privados, etc) e terceirização generalizada nos serviços públicos. Rabello de Castro é expressão desta política no IBGE.

Isso tudo com uma promessa da fadinha da confiança – Economistas neoliberais afirmam que essas medidas vão aumentar a confiança dos empresários , vai haver investimentos e sair da recessão. Foi preciso rever a metodologia das pesquisas do IBGE (PMC e PMS).

Aumento das taxas de pobreza já estão começando a aparecer nas estatísticas, num período curto de tempo.

2017

Fragmentação do bloco de poder que embarcou na Ponte para o Futuro, diante da resistência popular, da divergência quanto ao ritmo das reformas e da incapacidade de Temer de ser o fiador do programa. Delação da JBS leva a uma cisão desse bloco. Cenário leva a uma divisão da mídia empresarial: Globo bate no Temer, já Estadão e Folha mais prudentes.

Há uma avaliação de que Temer não serve mais e que é preciso um novo fiador para impor essas reformas. Dois lados: bloco da rapinagem dos direitos sociais e trabalhistas e um bloco de movimento de resistência, que começou defensivo e avançou para uma pauta afirmativa de saída política da crise (eleições diretas).

Discussão estratégica está colocada

Movimentos sociais, centrais, sindicatos e partidos políticos de esquerda vão mirar apenas no processo eleitoral de 2018 ou vão discutir um projeto para o país, com base nas demandas populares? Que papel vamos cumprir de forma emergencial e que tarefas estão colocadas no campo popular de médio e longo prazo?